

Rev.: 00	Data: 23/11/2020	Pág.: 1
----------	------------------	---------

Última atualização em 23 de novembro de 2020.

Esta Política de Privacidade (“**Política de Privacidade**”) abrange as três instituições (“**Instituições**”) responsáveis pelo tratamento de dados que compõem o Sistema FAEMG, nomeadamente, a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (“**FAEMG**”), inscrita no CNPJ sob o nº 17.194.853/0001-04, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional de Minas Gerais (“**SENAR-AR/MG**”), inscrito no CNPJ sob o nº 04.279.189/0001-54, e o Instituto Antônio Ernesto de Salvo (“**INAES**”), inscrito no CNPJ sob o nº 09.381.295/0001-68, todos com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, na Avenida do Contorno, nº 1.771, bairro Floresta, CEP 30.110-005, e tem como objetivo explicar, de forma transparente, as práticas referentes ao tratamento de dados pessoais pelas Instituições, demonstrando seu compromisso e seus esforços em proteger a privacidade de dados pessoais, de acordo com as diretrizes e obrigações trazidas pela Lei Geral de Proteção de Dados.

QUADRO RESUMO

AGENTES DE TRATAMENTO (Preâmbulo)	(i) Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais, CNPJ nº 17.194.853/0001-04; (ii) Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional de Minas Gerais, CNPJ nº 04.279.189/0001-54; (iii) Instituto Antônio Ernesto de Salvo, CNPJ nº 09.381.295/0001-68.
PAPEL NO TRATAMENTO (Capítulo II)	Predominantemente Controladoras.
FORMA DE COLETA DOS DADOS (Capítulo II)	(i) Dados fornecidos voluntariamente pelo Titular de Dados ou pelo Representante do Titular de Dados; (ii) Dados coletados em bancos de dados de autoridades públicas; (iii) Dados coletados automaticamente nos <i>sites, aplicativos e redes sociais</i> do Sistema Faemg.
NATUREZA DOS DADOS (Capítulo III)	Dados Pessoais, Dados Pessoais Sensíveis e Dados Pessoais de Menores.

ATENÇÃO: Cópias impressas não são controladas. Certifique-se de que a revisão está correta antes do uso.

Este documento é de propriedade do SISTEMA FAEMG/SENAR/INAES, não podendo ser reproduzido, no todo ou em parte, sem prévia autorização do mesmo.

Rev.: 00	Data: 23/11/2020	Pág.: 2
----------	------------------	---------

FINALIDADES DO TRATAMENTO COMO CONTROLADORA (Capítulo IV)	<ul style="list-style-type: none"> (i) Desenvolvimento das atividades das Instituições; (ii) Informação e prestação de contas a autoridades públicas e a órgãos de controle e fiscalização; (iii) Organização e controle internos; (iv) Publicidade, propaganda e marketing de seus serviços, produtos e eventos; (v) Desenvolvimento de análises, pesquisas, diagnósticos e estratégias.
BASES LEGAIS PARA TRATAMENTO DOS DADOS (Capítulo V)	<ul style="list-style-type: none"> (i) Consentimento expresso, específico e inequívoco do titular dos dados e/ou de seu representante legal; (ii) Cumprimento de obrigação legal ou regulatória; (iii) Necessidade para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, e a pedido do titular dos dados; (iv) Necessidade para o atendimento de interesses legítimos do controlador ou de terceiros.
ARMAZENAMENTO DOS DADOS (Capítulo VI)	<ul style="list-style-type: none"> (i) Meios físicos, em arquivos localizados na sede do Sistema FAEMG e em arquivos externos terceirizados, no caso específico do SENAR-AR/MG; (ii) Meios digitais, em bancos de dados localizados em servidores internos e em sistemas de informação usados pelas Instituições.
COMPARTILHAMENTO DOS DADOS (Capítulo VII)	<ul style="list-style-type: none"> (i) Com autoridades públicas e órgãos de fiscalização e controle; (ii) Entre as Instituições; (iii) Com terceiros que não fazem parte do Sistema FAEMG mas mantém relação de parceria.
PROTEÇÃO DE DADOS (Capítulo IX)	Medidas de segurança, técnicas e administrativas, adequadas e suficientes para garantir a privacidade e proteção de dados.
SEUS DIREITOS (Capítulo X)	Envio de solicitações às Instituições.
ENCARREGADO DA PROTEÇÃO DE DADOS (Capítulo XI)	Marcelo Ferreira Stauffer

CAPÍTULO I DAS DEFINIÇÕES

1.1. Sem prejuízo das demais definições utilizadas nesta Política de Privacidade, para os fins e efeitos desta, são adotadas as seguintes definições, tanto no singular como no plural, conforme o caso:

1.1.1. **“Titular de Dados”**: qualquer pessoa natural, titular de Dados Pessoais, Dados Pessoais Sensíveis e/ou Dados Pessoais de Menores, que estabelece algum tipo de relação com as Instituições, pelo uso dos serviços prestados, pelo consumo dos produtos oferecidos, pela relação de emprego, pelo uso dos *sites*, pelo estabelecimento de outras relações jurídicas, como por contratações de serviços e de fornecimento de produtos, dentre outras;

1.1.2. **“Representante de Titular dos Dados”**: qualquer pessoa natural que seja representante legal de Titular de Dados Pessoais e Dados Pessoais Sensíveis, em especial de Dados Pessoais de Menores;

1.1.3. **“Dados Pessoais”**: informações fornecidas às Instituições e/ou coletadas pelas Instituições nos seus Processos de Tratamento de Dados, que identifiquem, ou que, se combinadas com outras informações tratadas pelas Instituições, identifiquem o Titular de Dados;

1.1.4. **“Dados Pessoais Sensíveis”**: Dados Pessoais sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, os Dados Pessoais referentes à saúde ou à vida sexual, bem como os Dados Pessoais genéticos ou biométricos;

1.1.5. **“Dados Pessoais de Menores”**: Dados Pessoais, sensíveis ou não, de crianças e adolescentes;

1.1.6. **“Finalidade”**: objetivo que as Instituições pretendem alcançar a partir do tratamento de Dados Pessoais, geralmente relacionados às atividades das Instituições bem como às suas obrigações e atribuições legais;

1.1.7. **“Bases Legais”**: fundamentação legal, com base nos termos da LGPD, que dá às Instituições a permissão para o Tratamento de Dados;

1.1.8. “**Consentimento**”: autorização livre, expressa e inequívoca pela qual o Titular de Dados ou o Representante do Titular de Dados concorda com o tratamento de seus Dados Pessoais para uma finalidade específica;

1.1.9. “**Controladora**”: as Instituições quando competem a elas decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;

1.1.10. “**Operadora**”: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome da Controladora;

1.1.11. “**Tratamento de Dados**”: todas as operações realizadas com Dados Pessoais, Dados Pessoais Sensíveis e Dados Pessoais de Menores, o que inclui a coleta, a utilização, o armazenamento e o compartilhamento desses dados;

1.1.12. “**Processos de Tratamento de Dados**”: todos os processos existentes nas Instituições que implicam, de alguma forma, o Tratamento de Dados Pessoais.

1.1.13. “**LGPD**”: Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018, que institui a Lei Geral de Proteção de Dados.

CAPÍTULO II DAS FORMAS DE COLETA DE DADOS

2.1. Os Dados Pessoais, Dados Pessoais Sensíveis e Dados Pessoais de Menores (“**Dados**”) tratados pelas Instituições são coletados em seus Processos de Tratamento de Dados, sendo que a coleta pode se dar de três formas diferentes: (i) por Dados fornecidos voluntariamente pelo Titular de Dados ou pelo Representante do Titular de Dados; (ii) por Dados coletados em bancos de dados de autoridades públicas; e (iii) por Dados coletados automaticamente nos *sites* das Instituições.

Dos Dados Fornecidos Voluntariamente:

2.2. Quando as Instituições coletam Dados “(i) por Dados fornecidos voluntariamente pelo Titular de Dados ou pelo Representante do Titular de Dados”, o faz quando o Titular dos Dados ou o Representante do Titular dos Dados preenche, ou autoriza o preenchimento por terceiros, de termos, contratos, fichas e/ou formulários, o que ocorre quando o Titular dos Dados ou o Representante do Titular dos Dados: (a) se inscreve e/ou participa de qualquer um dos cursos e/ou programas oferecidos e

desenvolvidos pelas Instituições; (b) participa de qualquer evento, palestra, congresso, feira, exposição ou capacitação oferecidos e desenvolvidos pelas Instituições; (c) entra em contato com as Instituições, por qualquer meio, para solicitar pareceres, informações ou orientações, tirar dúvidas, fazer reclamações, elogios ou sugestões; (d) participa de pesquisas e estudos organizados e desenvolvidos pelas Instituições; (e) contrata os serviços de plano de saúde, seguro e/ou certificação digital e outros, por intermediação da FAEMG; (f) contrata o INAES para a prestação de serviços de consultoria, e para a orientação e participação em programas de desenvolvimento de negócios, programas de inovação e de *startups*; (g) fornece os dados para alimentar banco de dados destinado a estudos, diagnósticos e pesquisas, dentre outros; (h) se credencia para exercer as funções de mobilizador ou instrutor dos cursos e/ou programas oferecidos pelas Instituições; (i) envia qualquer tipo de documento, por qualquer meio, às Instituições; (j) solicita acesso ao edifício da sede do Sistema FAEMG pela portaria e/ou pela garagem.

2.3. Os Dados, quando fornecidos voluntariamente pelo Titular de Dados, podem ser, como o são usualmente, coletados por outras entidades, à mando das Instituições, o que pode colocar as Instituições na posição preponderante de Controladora nesses Processos de Tratamento de Dados, sendo que essas outras entidades ocupam a posição de Operadora nos Processos de Tratamento de Dados.

2.4. As Instituições, quando na posição de Controladoras, fornecem a todas as Operadoras orientações sobre a forma na qual devem realizar o Tratamento de Dados, como determinado na LGPD.

Dos Dados Coletados em Bancos de Dados Públicos:

2.5. Quando as Instituições coletam Dados “(ii) por Dados coletados em bancos de dados de autoridades públicas”, o fazem quando (a) o SENAR-AR/MG tem permissão para o acesso, e efetivamente acessa e coleta Dados, nos seguintes bancos de dados formados por autoridades públicas: Ambiente Virtual de Integração - AVI e Sistema Integrado de Gestão da Arrecadação do SENAR-AR/MG - SIGAS; (b) a FAEMG tem permissão para o acesso, e efetivamente acessa e coleta Dados, nos seguintes bancos de dados formados por autoridades públicas: Imposto Territorial Rural - ITR e Cadastro Ambiental Rural - CAR.

2.6. Nesses casos, se efetivamente realizarem o tratamento desses Dados coletados nos bancos de dados de autoridades públicas, as Instituições podem assumir o papel de Controladoras nesses Processos de Tratamento de Dados.

Dos Dados Coletados Automaticamente:

2.7. Quando as Instituições coletam Dados “(iii) por Dados coletados automaticamente nos sites, aplicativos e redes sociais das Instituições”, o fazem quando o Titular de Dados (a) acessa os sites, aplicativos e redes sociais das Instituições; (b) acessa as redes (com e sem fio) de internet disponíveis no edifício da sede do Sistema FAEMG.

Nesses casos, recebemos automaticamente os dados toda vez que o titular interage com nossos sites e aplicativos. *Internet Protocol (IP)*, tipo de navegador e páginas visualizadas em nosso site são alguns exemplos desta coleta, que é efetuada por meio de *Cookies*.

Cookies são identificações da interação com os sites do Sistema Faemg ou dos nossos aplicativos, que são transferidas para o aparelho do consumidor visando reconhecer o titular em sua próxima navegação. *Cookies* são utilizados para melhorar o uso e a funcionalidade dos sites e demais serviços na web compatíveis e entender melhor como nossos visitantes utilizam os nossos sites e serviços online, bem como as ferramentas e serviços por eles oferecidos.

Você pode desabilitar o arquivamento dos *Cookies* em seu browser, deletá-los e gerenciar sua utilização por meio da configuração do navegador que utiliza para acessar os sites do Sistema Faemg. Abaixo os tipos de *cookies* que utilizamos e suas finalidade:

Essenciais para acesso

São *Cookies* estritamente necessários para a operação de um site do Sistema Faemg. Eles permitem que você navegue pelo site e use nossos recursos. Por exemplo: *Cookies* que identificam você como parceiro, colaborador ou operador.

Analytics (Desempenho e/ou comportamento de navegação)

São *Cookies* que nos ajudam a avaliar sua interação com nossos sites, coletando informações sobre navegação, como áreas visitadas, tempo gasto e quais problemas encontrados, como erros de mensagem.

Terceiros (Plug-ins Sociais)

Esses *cookies* são usados para detectar membros ou não de redes de mídias sociais, para análise de pesquisa de mercado e desenvolvimento de produtos (Facebook, Instagram e Twitter, por exemplo).

Rev.: 00

Data: 23/11/2020

Pág.: 7

Para remoção dos Cookies ou Cache do seu computador siga os procedimentos indicados pelos desenvolvedores* para cada navegador**:

Google Chrome:

<https://support.google.com/chrome/answer/95647?hl=pt-BR>

Internet Explorer:

<http://windows.microsoft.com/pt-br/internet-explorer/delete-manage-cookies#ie=ie-11>

Firefox:

<https://support.mozilla.org/pt-BR/kb/ativando-e-desativando-cookies>

Safari:

<http://safari.helpmax.net/ps/privacidade-e-seguranca/como-remover-cookies/>

Opera:

<http://help.opera.com/Windows/10.20/pt/history.html>

* Atenção: As informações acima são fornecidas pelos sites oficiais dos próprios desenvolvedores. O Sistema Faemg não se responsabiliza por danos ou perdas de informações geradas pelo uso desses procedimentos.

** Essa operação pode ser necessária todas as vezes que o equipamento for substituído, reinstalado ou tiver suas configurações alteradas para o padrão original.

2.8. Nesses casos, as Instituições podem assumir o papel de Controladoras nesses Processos de Tratamento de Dados.

CAPÍTULO III DA NATUREZA DOS DADOS TRATADOS

3.1. Em todos os Processos de Tratamento de Dados realizados pelas Instituições são tratados Dados Pessoais, e em poucos desses Processos são tratados Dados Pessoais Sensíveis e Dados Pessoais de Menores.

3.2. Os Dados Pessoais tratados pelas Instituições de forma mais recorrente são: nome completo, documentos de identificação (carteira de identidade, CPF, registro profissional), endereço, telefone e e-mail.

3.3. Os Dados Pessoais tratados pelas Instituições de forma menos recorrente, são: imagens, fotos, naturalidade, data de nascimento, propriedade, posse, ou outros direitos sobre imóveis, dados sobre propriedades rurais, escolaridade, profissão, experiências e referências profissionais, avaliações de desempenho, dados bancários, aptidão para o recebimento de auxílios do governo, faixa de renda familiar, tamanho de roupas.

3.4. As Instituições ainda tratam Dados Pessoais como: endereço de IP, navegadores, dispositivos, sistemas operacionais, interações, cliques e telas acessadas nos *sites*, *cookies*, localização.

3.5. **Tratamento de Dados Pessoais Sensíveis.** Em alguns Processos de Tratamento de Dados que ocorrem nas Instituições ocorre o Tratamento de Dados Pessoais Sensíveis. Os Dados Pessoais Sensíveis tratados pelas Instituições são: gênero, orientação sexual, raça/cor, filiação sindical, deficiências, alergias, uso de medicamentos e dados biométricos.

3.6. **Tratamento de Dados Pessoais de Menores.** Alguns dos Dados Pessoais e dos Dados Pessoais Sensíveis mencionados acima podem se referir a crianças e adolescentes, ou seja, se trata de Dados Pessoais de Menores.

CAPÍTULO IV DAS FINALIDADES DO TRATAMENTO DE DADOS

4.1. As Instituições tratam Dados, no geral, para a Finalidade de desenvolvimento de suas atividades, que são as previstas nos atos constitutivos e nos regimentos internos, bem como para cumprir obrigações e competências legais a elas atribuídas, que são: (i) a prestação dos serviços oferecidos pelas Instituições; (ii) a intermediação na contratação de produtos oferecida pelas

Rev.: 00

Data: 23/11/2020

Pág.: 9

Instituições; (iii) o desenvolvimento das obrigações e das atribuições legais de interesse público relacionadas às Instituições.

4.2. As Instituições tratam Dados para a Finalidade de informação e prestação de contas a autoridades públicas e a órgãos de controle e fiscalização.

4.3. As Instituições tratam Dados para a Finalidade de organização e controle internos, necessários para dar suporte ao desenvolvimento de suas atividades, em atividades de recursos humanos, departamento pessoal, financeiro, contabilidade, planejamento, portaria.

4.4. As Instituições ainda tratam Dados para a Finalidade de publicidade, propaganda e marketing de seus serviços, produtos e eventos, para a Finalidade de desenvolver análises, pesquisas, diagnósticos e estratégias.

4.5. As Instituições coletam e tratam apenas os Dados que são estritamente necessários para o cumprimento das Finalidades mencionadas neste Capítulo IV.

4.6. **Tratamento de Dados Pessoais de Menores.** As Instituições, especialmente nos casos de Tratamento de Dados Pessoais de Menores, poderão informar, no termo de Consentimento a ser assinado pelo Representante do Titular de Dados, finalidades mais detalhadas para o Processo de Tratamento de Dados. No entanto, estas finalidades a serem detalhadas no termo de Consentimento, em nenhuma hipótese, extrapolarão as Finalidades deste Capítulo IV.

CAPÍTULO V DA BASE LEGAL PARA O TRATAMENTO DE DADOS

5.1. As Instituições apenas Tratam Dados quando têm Base Legal para tal e, quando necessário nos termos da LGPD, mediante o expreso e inequívoco Consentimento do Titular de Dados e/ou do Representante do Titular de Dados.

5.2. A depender do Processo de Tratamento de Dados desenvolvido pelas Instituições, a Base Legal que permite o Tratamento de Dados pode se consubstanciar: (i) no consentimento expreso, específico e inequívoco do titular dos dados e/ou de seu representante legal; (ii) no cumprimento de obrigação legal ou regulatória; (iii) na necessidade para a execução de contrato ou de procedimentos

ATENÇÃO: Cópias impressas não são controladas. Certifique-se de que a revisão está correta antes do uso.

Este documento é de propriedade do SISTEMA FAEMG/SENAR/INAES, não podendo ser reproduzido, no todo ou em parte, sem prévia autorização do mesmo.

preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, e a pedido do titular dos dados; (iv) na necessidade para o atendimento de interesses legítimos do controlador ou de terceiros.

5.3. O interesse legítimo, que é uma das Bases Legais mencionadas nesse Capítulo V, abrange o desenvolvimento de todas as atividades desenvolvidas pelas Instituições mencionadas no item 4.1 do Capítulo IV desta Política de Privacidade.

5.4. Nos casos em que houver Tratamento de Dados pelas Instituições para Finalidades diversas das que possam ser a legítima expectativa do Titular de Dados ou do Representante do Titular de Dados, as Instituições informarão a situação a eles e obterão o consentimento expresso do Titular de Dados ou do Representante do Titular de Dados, quando não houver outra base legal que permita o tratamento.

5.5. **Tratamento de Dados Pessoais Sensíveis.** O Tratamento desses Dados Pessoais Sensíveis ocorre com fundamento legal nos incisos I ou II, ambos do artigo 11 da LGPD, a depender do caso. Assim, será requerido o Consentimento do Titular de Dados quando não houver outra base legal que permita o tratamento de seus Dados Sensíveis.

5.6. **Tratamento de Dados Pessoais de Menores.** O Tratamento desses Dados Pessoais de Menores ocorre com fundamento legal no § 1º do artigo 14 da LGPD, ou seja, mediante a obtenção do Consentimento específico de pelo menos um dos pais ou do representante legal do Menor. Assim, o Representante do Titular de Dados, no momento do fornecimento dos Dados, sejam eles Sensíveis ou não, deverá assinar termo de Consentimento, específico. É obrigação e dever do Representante do Titular de Dados fazer a prova de sua legitimidade de representação no momento da assinatura do termo de Consentimento mencionado, mediante a apresentação de todos os documentos necessários e suficientes para essa comprovação.

CAPÍTULO VI DO ARMAZENAMENTO E ELIMINAÇÃO DE DADOS

6.1. Os Dados podem ser armazenados tanto em meios físicos, em arquivos localizados na sede do Sistema FAEMG e em arquivos externos terceirizados (neste caso, exclusivamente em relação ao SENAR-AR/MG), quanto em meios digitais, em bancos de dados localizados em servidores internos e em sistemas de informação usados pelas Instituições.

6.2. Os Dados ficam armazenados até o momento em que deixarem de ser úteis às Instituições para a Finalidade para a qual foram coletados, momento no qual, em regra, estes dados são eliminados pelas Instituições ou anonimizados para fins estatísticos ou de dados.

6.3. Os Dados podem ser armazenados pelas Instituições por período além do mencionado no item 6.2 acima quando cumpridas as exceções contidas no artigo 16 da LGPD, o que inclui a hipótese na qual os Dados são necessários para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória.

CAPÍTULO VII DO COMPARTILHAMENTO DE DADOS

7.1. Os Dados poderão ser compartilhados com autoridades públicas e com órgãos de controle e de fiscalização para os quais as Instituições devam enviar informações e prestar contas.

7.2. Os Dados poderão ser compartilhados entre as Instituições, considerando que elas formam o Sistema FAEMG e necessitam compartilhar dados, entre si, para seu funcionamento, para o cumprimento das obrigações e das atribuições legais de interesse público a elas atribuídas, para a prestação de serviços e para o fornecimento de produtos e serviços.

7.3. Os Dados poderão ser compartilhados ainda com terceiros, que são pessoas externas ao Sistema FAEMG, como exemplo: com parceiros das Instituições, e com entidades que ocupam a posição de Controladores em Processos de Tratamento de Dados quando as Instituições figurarem como Operadoras.

7.4. Qualquer compartilhamento de Dados é feito pelas Instituições apenas nos casos permitidos pela LGPD, e quando está configurada alguma Base Legal que permita esse compartilhamento. Nos casos em que se pretender o compartilhamento de dados pelas Instituições, mas que não haja outra Base Legal que o permita, as Instituições informarão a situação aos Titulares de Dados ou aos Representantes dos Titulares de Dados, e obterão o Consentimento expresso para o compartilhamento, para que ocorra na forma da LGPD.

7.5. As Instituições do Sistema FAEMG não realizam a transferência internacional de dados, sendo que, na eventualidade de ser necessária, o farão nos termos do disposto na LGPD.

CAPÍTULO VIII DO TRATAMENTO DE DADOS NOS SITES

8.1. As Instituições utilizam *cookies* e/ou outras tecnologias de rastreamento similares que coletam de maneira automática ou passiva algumas informações do Usuário e de sua atividade nos *sites* das Instituições, as quais poderão ser utilizadas para todas as finalidades mencionadas nesta Política de Privacidade, bem como para fins analíticos e de *marketing*.

8.2. Os Cookies coletados pelas Instituições fornecem somente estatísticas e não serão utilizados para propósitos diversos dos expressamente previstos nesta Política de Privacidade.

CAPÍTULO IX DA PROTEÇÃO DE DADOS

9.1. Como mencionado no Capítulo VI desta Política de Privacidade, as Instituições armazenam todos os dados tratados em arquivos e servidores próprios ou em arquivos por ela contratados.

9.2. As Instituições utilizam meios para preservar a privacidade dos dados tratados, sendo que as Instituições (i) possuem proteções físicas e tecnológicas contra acessos não autorizados a seus arquivos, servidores e sistemas; (ii) autorizam o acesso aos dados apenas a pessoas que necessitam dos dados.

9.3. As Instituições envidam os melhores esforços para preservar a privacidade dos dados dos Usuários, contudo, importante ressaltar que nenhuma estrutura é totalmente segura a ponto de garantir integralmente a segurança dos dados e impedir totalmente acessos não autorizados a esses dados.

CAPÍTULO X DOS DIREITOS DOS USUÁRIOS

10.1. Em cumprimento aos termos e princípios estabelecidos na LGPD, as Instituições garantem ao Usuário o pleno exercício dos seguintes direitos:

10.1.1. Confirmação da existência de tratamento de seus Dados Pessoais, Dados Pessoais Sensíveis e Dados Pessoais de Menores pela Instituição;

Rev.: 00

Data: 23/11/2020

Pág.: 13

10.1.2. Acesso a esses Dados Pessoais, Dados Pessoais Sensíveis e Dados Pessoais de Menores;

10.1.3. Correção desses Dados Pessoais, Dados Pessoais Sensíveis e Dados Pessoais de Menores, que estejam incompletos, inexatos ou desatualizados;

10.1.4. Anonimização, bloqueio ou eliminação desses Dados Pessoais, Dados Pessoais Sensíveis e Dados Pessoais de Menores que sejam desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na LGPD;

10.1.5. Portabilidade desses Dados Pessoais, Dados Pessoais Sensíveis e Dados Pessoais de Menores a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa;

10.1.6. Eliminação dos Dados Pessoais, Dados Pessoais Sensíveis e Dados Pessoais de Menores tratados com consentimento do Usuário, exceto se configuradas as hipóteses contidas no artigo 16 da LGPD;

10.1.7. Obtenção de informações sobre as entidades públicas ou privadas com as quais as Instituições compartilharam esses Dados Pessoais, Dados Pessoais Sensíveis e Dados Pessoais de Menores;

10.1.8. Informação sobre a possibilidade de não fornecer seu consentimento e as consequências disso, caso a resposta seja negativa;

10.1.9. Revogação do consentimento dado anteriormente.

10.2. O Usuário pode solicitar às Instituições o atendimento a quaisquer dos seus direitos elencados acima por meio da funcionalidade de “*Fale Conosco*” contida nos *sites* das Instituições, que pode ser localizada no seguinte endereço eletrônico: <http://www.sistemafaemg.org.br>

Adicionalmente, o usuário poderá, a seu critério, acionar diretamente o canal exclusivo para os assuntos da LGPD, através do e-mail lgpd@sistemafaemg.org.br, ou ainda o Encarregado da Proteção de Dados, pelo e-mail dpo@sistemafaemg.org.br.

10.3. As Instituições envidam máximos esforços para retornar aos Usuários quanto às suas solicitações com a máximo rapidez possível. Contudo, deve ser guardado pelo Usuário um prazo razoável entre o envio da solicitação e a resposta, considerando especialmente a complexidade de sua solicitação.

ATENÇÃO: Cópias impressas não são controladas. Certifique-se de que a revisão está correta antes do uso.

Este documento é de propriedade do SISTEMA FAEMG/SENAR/INAES, não podendo ser reproduzido, no todo ou em parte, sem prévia autorização do mesmo.

10.4. O Usuário deve compreender que o acatamento de algumas das solicitações pelas Instituições pode implicar em consequências que podem não ser desejadas por eles, como, por exemplo, no impedimento da continuidade da prestação de determinado serviço ou do fornecimento de determinado produto.

10.5. Caso o Usuário necessite de auxílio para exercer quaisquer de seus direitos, pode entrar em contato com as Instituições, também por meio dos canais exclusivos para a LGPD, quais sejam os e-mails lgpd@sistemafaemg.org.br ou dpo@sistemafaemg.org.br.

CAPÍTULO XI DO ENCARREGADO DA PROTEÇÃO DE DADOS

11.1. As Instituições têm uma pessoa encarregada da proteção de dados, que atua como canal de comunicação entre as Instituições (tanto quando ocupam a posição de controladoras quanto quando ocupam a posição de operadoras), os Titulares de Dados, os Responsáveis dos Titulares de Dados, e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“**Encarregado**”).

11.2. As atividades do Encarregado consistem nas seguintes:

11.2.1. Aceitar reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências;

11.2.2. Receber comunicações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados e adotar providências necessárias;

11.2.3. Orientar os funcionários e os contratados das Instituições a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais;

11.2.4. Executar demais atribuições determinadas pelo controlador ou eventualmente estabelecidas em normas complementares pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

11.3. O Encarregado responsável pelas três Instituições é o Sr. **Marcelo Ferreira Stauffer**, podendo ser contatado através da funcionalidade do “Fale Conosco” contida no *site* das Instituições, mas também pelos e-mails dpo@sistemafaemg.org.br ou lgpd@sistemafaemg.org.br, ou, ainda, por carta direcionada à Instituição, A/C do Encarregado da Proteção de Dados, para o endereço Avenida do Contorno, nº 1.771, bairro Floresta, Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP 30.110-005.

CAPÍTULO XII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Esta Política de Privacidade deve ser regida e interpretada de acordo com a legislação da República Federativa do Brasil, em especial a Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018, a LGPD, independentemente das leis de outros estados ou países.

12.2. As Instituições estão sempre buscando melhorar seus Produtos e Experiências e por isso, reservam o direito, a seu exclusivo critério e conveniência, de alterar ou atualizar a qualquer tempo esta Política de Privacidade, sendo assim, recomenda sua leitura periodicamente.

12.3. Caso o Usuário tenha qualquer dúvida, ou queira mais informações sobre a Política de Privacidade das Instituições, deverá acionar os canais exclusivos da LGPD das Instituições, através dos e-mails lgpd@sistemafaemg.org.br ou dpo@sistemafaemg.org.br .

12.4. Em caso de quaisquer conflitos entre esta Política de Privacidade e as informações fornecidas pelo atendimento dos canais exclusivos da LGPD, prevalecerão as disposições contidas nesta Política de Privacidade.